

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E  
GESTÃO EDUCACIONAL - PPPG  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Vanessa Medianeira Canzian Trindade

**EFEITOS DA ATUAÇÃO DE ACADÊMICAS DE EDUCAÇÃO  
ESPECIAL COMO MONITORAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO  
ESCOLAR**

Santa Maria, RS

2022

**Vanessa Medianeira Canzian Trindade**

**EFEITOS DA ATUAÇÃO DE ACADÊMICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL  
COMO MONITORAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Eliana Pereira de Menezes

Santa Maria, RS

2022

**Vanessa Medianeira Canzian Trindade**

**EFEITOS DA ATUAÇÃO DE ACADÊMICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL  
COMO MONITORAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional**.

**Aprovado em 14 de março de 2022:**



---

**Eliana da Costa Pereira de Menezes, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

(Orientadora)



---

**Prof<sup>a</sup> Ms. Clarissa da Silva Oliveira (UFSM)**



---

**Prof<sup>a</sup> Ms. Carolina Noya (UFSM)**

Santa Maria, RS

2022

## AGRADECIMENTOS

Refletindo sobre os caminhos trilhados até aqui, os encontros e desencontros que agregaram na minha vida ora como ser humano, ora como profissional que defende uma educação pública de qualidade e inclusiva, devo meus profundos agradecimentos a todos que deixaram a sua marca direta e indiretamente.

Agradeço primeiramente a Deus por me abençoar nessa trajetória acadêmica em meio a uma pandemia mundial catastrófica dando forças para lutar e seguir em frente.

Agradeço a minha família por sempre apoiar as minhas escolhas e me incentivarem a seguir em frente na vida acadêmica. Meus pais Valdir e Inês Teresa por me darem todo o suporte durante o tempo de estudos e pesquisas principalmente no decorrer do ensino no modelo remoto durante a pandemia Covid-19. Ao meu namorado Rafael, pela compreensão e companheirismo comigo tanto nos momentos de diversão, quanto nos acadêmicos também.

Aos meus amigos que sempre estiveram do meu lado nos momentos tanto bons como ruins torcendo por mim.

A minha orientadora, professora Eliana que esteve comigo desde a graduação em Educação Especial e agora novamente nesta etapa na minha formação acadêmica, sempre trazendo apontamentos reflexivos e críticos que levarei comigo como profissional defensora de uma educação inclusiva.

As acadêmicas de Educação Especial que dispuseram do seu tempo para participarem da pesquisa relatando suas trajetórias como monitoras no processo de inclusão.

Aos demais professores que estiveram presentes no decorrer do curso de especialização em Gestão Educacional agregando conhecimento na minha formação acadêmica.

Enfim meus sinceros e profundos agradecimentos a todos que fizeram parte no decorrer dessa mais nova etapa da minha vida acadêmica. Muito obrigada!!!

## RESUMO

### EFEITOS DA ATUAÇÃO DE ACADÊMICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO MONITORAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Autor(a): Vanessa Medianeira Canzian Trindade

Orientador(a): Dr<sup>a</sup> Eliana da Costa Pereira de Menezes

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a atuação de acadêmicos(as) de Educação Especial na função de monitor em escolas comuns de Santa Maria/RS. Sendo uma pesquisa de cunho qualitativo, os processos metodológicos se deram a partir de Estado da Arte de produções publicadas na área e uma busca nas políticas públicas sobre o que consta a respeito do papel do monitor escolar. Somado a isto, realizou-se entrevistas narrativas via Google Meet com quatro acadêmicas do curso de Educação Especial nas modalidades diurno e noturno que atuam ou atuaram como monitoras durante a graduação. As entrevistas partiram de três pontos iniciais: o papel que as acadêmicas desempenhavam como monitoras nas escolas, sua relação com a professora regente em sala de aula regular e sua relação com a professora de Educação Especial. A partir da busca bibliográfica e das análises das entrevistas foi possível visualizar que, ainda há uma divergência entre o que consta nas políticas públicas sobre o papel desempenhado pelo profissional de apoio/monitor escolar e suas funções no contexto escolar. Somado a isto, é importante haver uma comunicação entre os sujeitos que atuam nas escolas para que assim haja maior favorecimento dos processos inclusivos.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Inclusão; Monitor Escolar; Gestão Escolar.

## ABSTRACT

### EFFECTS OF THE PERFORMANCE OF SPECIAL EDUCATION ACADEMICS AS MONITOR IN THE SCHOOL INCLUSION PROCESS

Author(a): Vanessa Medianeira Canzian Trindade

Advisor(a): Dr<sup>a</sup> Eliana da Costa Pereira de Menezes

The present study has the general objective of analyzing the performance of Special Education students as monitors in common schools in Santa Maria/RS. As a qualitative research, the methodological processes were based on the State of the Art of productions published in the area and a search in public policies about what is stated about the role of the school monitor. In addition, narrative interviews were carried out via Google Meet with four academics from the Special Education course in the day and night modalities who act or acted as monitors during graduation. The interviews started from three initial points: the role that academics played as monitors in schools, their relationship with the regent teacher in the regular classroom and their relationship with the Special Education teacher. From the bibliographic search and the analysis of the interviews, it was possible to see that there is still a divergence between what appears in public policies on the role played by the support professional/school monitor and their functions in the school context. Added to this, it is important to have communication between the subjects who work in schools so that there is greater favoring of inclusive processes.

**Keywords:** Special Education; Inclusion; School Monitor; School management.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Dissertações encontradas no site da CAPES em ordem cronológica.....	14
<b>Quadro 2</b> – Número de dissertações encontradas na plataforma Capes em 2018 e 2019.....	16
<b>Quadro 3</b> – Identificação das monitoras participantes da pesquisa.....	18
<b>Quadro 4</b> – Marcos regulatório sobre o papel do profissional de apoio/monitor escolar.....	21

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>1.1. OBJETIVOS</b> .....	11
<b>1.1.1 Objetivo Geral</b> .....	11
<b>1.1.2 Objetivos Específicos</b> .....	12
<b>2. PERCURSO METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	13
<b>2.1 Produção de conhecimento sobre a temática do estudo</b> .....	13
<b>2.2 Estrutura e construção da pesquisa</b> .....	18
<b>3. DISCUSSÃO TEÓRICA E ANALÍTICA</b> .....	21
<b>3.1 Marcos regulatórios sobre o olhar da educação inclusiva</b> .....	21
<b>3.2 Políticas públicas e o papel do monitor escolar</b> .....	25
<b>3.3 A gestão da prática escolar e o profissional de apoio/monitor escolar: encontros e desencontros</b> .....	28
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	33
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	35
<b>ANEXO A – Carta de Apresentação</b> .....	37
<b>ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 1</b> .....	38



## INTRODUÇÃO

No decorrer da minha formação no curso de Educação Especial diurno na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no período de março de 2015 até dezembro de 2018, escutei muitas discussões a respeito da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e os desafios enfrentados para que a inclusão acontecesse no espaço escolar.

Nem sempre a escola foi vista como um espaço escolar de todos e para todos. Até a década final do século XX no Brasil, a oferta de educação obrigatória para todos não considerava os alunos com deficiência como aptos ao ensino comum, o que resultou no afastamento desses do meio social e educacional.

Apenas em meados do século XX iniciaram a ofertar matrícula para alunos com deficiência em escolas comuns, em turmas que foram chamadas de classes especiais, onde esses alunos receberiam uma educação diferenciada dos demais alunos. A oferta desses espaços ampliava as possibilidades de escolarização desse público, que durante décadas teve apenas a possibilidade de frequentar espaços específicos de educação especial, denominados instituições especializadas e escolas especiais. Nessas instituições e também nessas escolas o que prevalecia eram os trabalhos manuais e artísticos, a fim de desenvolverem as habilidades dos alunos, além de estimular sua autonomia. No entanto, o efeito de exclusão social era evidente, não havendo interação desses indivíduos no mercado de trabalho e na sociedade.

Considerando esse contexto, em junho de 1994, em Salamanca, na Espanha, aconteceu a Conferência Mundial de Educação Especial onde consolidou-se os princípios para a educação inclusiva. Conforme consta na Declaração de Salamanca (1994, p. 03), seu objetivo:

É informar sobre políticas e guias ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, Política e prática em Educação Especial.

A partir dessa conferência o Brasil passa a incentivar a inclusão de todos os alunos na escola. Segundo a Lei nº 13.146/15 Art. 27º:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

A partir de políticas de inclusão escolar e do conseqüente aumento de alunos com deficiência nas escolas comuns passou a ser necessário que, a gestão educacional dos estados e municípios analise se a escola está seguindo as vigências previstas e se os alunos atendidos pela educação especial estão recendo um ensino de qualidade, que atente para suas singularidades.

Segundo, o Conselho Municipal de Educação de Santa Maria, Resolução CMESM Nº 31, de 12 de dezembro de 2011, que define Diretrizes Curriculares para a Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria – RS, em seu artigo 8º afirma que,

A Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, é parte integrante da educação regular e se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, sendo o Atendimento Educacional Especializado – AEE complementar ou suplementar à escolarização.

É nesse cenário de previsão de diretrizes legais produzidas com a intenção de qualificar as práticas escolares realizadas na perspectiva da educação inclusiva que passamos no país a prever a presença do profissional de apoio/monitor de alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar, que segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência LBI - Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é aquele que

[...] exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015, p.1).

Foi diante desse contexto que eu, até setembro de 2021 atuei como monitora de educação especial em uma escola municipal na região oeste de Santa Maria/RS. Nesse período eu também havia retornado à UFSM, como aluna no curso de Pedagogia noturno, o que fez com que o interesse pela temática desse estudo se tornasse ainda maior, tendo em vista que essa

segunda formação me convidada a ampliar o olhar destinado à escola e ao meu papel docente nesse espaço, o que resultou na visualização de outros desafios a serem enfrentados no cotidiano escolar. Nesse percurso foi possível visualizar, tanto na atuação como profissional de apoio/monitora escolar, quanto nas discussões em sala de aula no curso de Pedagogia noturno, relatos a respeito do processo de inclusão de alunos com deficiência e as dificuldades frente à segregação e às possibilidades de realização do ensino colaborativo<sup>1</sup> entre os profissionais da escola.

Atuando no papel de monitora, alguns questionamentos sobre o assunto se fizeram importantes para a proposição deste trabalho. Como a gestão escolar entende o papel do monitor? Que articulações são possíveis e necessárias entre o monitor e o professor de educação especial na escola? Que desafios são enfrentados por esse profissional no contexto de sala de aula? Que concepções os professores da escola possuem sobre a atuação do monitor frente a dimensão do trabalho pedagógico direcionado ao aluno em processo de inclusão?

Segundo dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no Censo Escolar em relação ao número de matrículas da Educação Especial por etapa de ensino conforme o ano de 2016 até 2020 aponta que houve um aumento significativo de matrículas de alunos em processo de inclusão em todas as etapas de ensino da Educação Básica.<sup>2</sup> Desse modo, segundo o Censo Escolar do INEP, em 2016 ocorreram 971.372 matrículas de alunos em processo de inclusão na Educação Básica, enquanto que, em 2020 esse número cresceu para 1.308.900 estudantes.

Tendo em vista o aumento de alunos em processo de inclusão na escola regular; minha experiência como profissional de apoio/monitor; e os questionamentos que eu vinha me fazendo, proponho o presente estudo que

---

<sup>1</sup> O ensino colaborativo é uma estratégia didática inclusiva de trabalho pedagógico em que os profissionais, professor da classe comum, o professor de educação especial e especialistas que atendem o aluno planejam e implementam de forma colaborativa, procedimentos de ensino para o atendimento das necessidades educacionais especiais (NEE) dos alunos em processo de inclusão escolar.

<sup>2</sup> Dados retirados do Censo Escolar de 2016 - 2020 realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – MEC.

tem como tema central os efeitos da atuação de acadêmicas de educação especial como monitoras no processo de inclusão escolar. Tal estudo foi desenvolvido na condição de aluna do Curso de Especialização em Gestão Educacional da UFSM, dentro da linha de pesquisa Gestão Pedagógica e Contextos Educativos, pois acredito que, é relevante discutirmos sobre as práticas, organização e estruturação das práticas ofertadas na área da educação.

Entendo que a pesquisa proposta se justifica ao verificarmos a pouca visibilidade de discussões sobre o papel do monitor escolar, apesar do aumento de alunos em processo de inclusão e, com isso, o aumento de monitores nas escolas. Tal afirmação torna-se mais consistente quando procuramos produções acadêmicas relativas à temática deste estudo e encontramos um total de 1123 dissertações sendo que, deste total, somente 7 estão efetivamente relacionadas com a temática pesquisada. As demais produções abordavam sobre educação de forma mais ampla e sobre inclusão, porém não constava a temática do monitor escolar.

Considerando a vivência em experiências que articulam a condição de acadêmica do curso de Educação Especial e a atuação do profissional de apoio/monitor frente à alunos em processo de inclusão escolar, me perguntei sobre como ocorre a gestão da atuação de acadêmicas de Educação Especial como monitoras na escola comum diante dos alunos em processo de inclusão escolar?

## 1.1 OBJETIVOS

Levando em consideração as ideias apresentadas, tem-se como objetivos deste estudo:

### 1.1.1 Objetivo Geral

1. Analisar a atuação de acadêmicas do curso de Educação Especial como profissionais de apoio escolar/monitor em escolas comuns do município de Santa Maria/RS.

### **1.1.2 Objetivos Específicos**

2. Pesquisar nas políticas públicas o que consta sobre a atuação do monitor;
3. Analisar o papel da gestão escolar frente a estes profissionais.

A partir dos objetivos propostos, como embasamento teórico, realizamos uma busca bibliográfica com produções sobre a temática e uma pesquisa a partir das políticas de inclusão que constam o papel do profissional de apoio/monitor escolar. Desse modo, elegi autores como Burchert (2018); Silva (2018); Lopes e Mendes (2021) que vão de encontro com a temática trazendo discussões sobre o papel do profissional de apoio/monitor na perspectiva da Educação Inclusiva.

## **2. PERCURSO METODOLÓGICO.**

### **2.1 Produção de conhecimento sobre a temática do estudo**

A proposição da construção do estado do conhecimento a partir da temática da pesquisa constitui o primeiro passo do percurso metodológico do presente estudo e foi construída tendo por compreensão, conforme Marosini e Fernandes (2014, p.154), que trata-se de uma “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”.

O primeiro passo para a busca dos trabalhos foi a escolha da plataforma sendo neste caso, o Banco de Dissertações e Teses da CAPES, pois é onde mais encontra-se trabalhos com temáticas aproximadas. Na sequência, identifiquei os descritores para delimitar o número de produções. Nesse caso, busquei através das palavras-chave monitoria, gestão escolar e educação básica em trabalhos publicados nos anos 2018 e 2019. Optei por estes dois anos, pois eram os mais atualizados, visto que, em 2020 não havia publicações na área.

Na primeira busca resultou um total de 30227 dissertações com temáticas variadas sobre educação básica em sua grande maioria. Desse modo, para delimitar mais ainda o grande número de trabalhos que a busca resultou, optei por escolher trabalhos na área da educação e de instituições nas regiões Sul e Sudeste por serem as mais próximas da região que estou inserida. Após refinar os resultados foi encontrado um total de 1123 trabalhos.

Deste total de dissertações foram encontradas somente sete que vão ao encontro da temática pesquisada. Para melhor compreensão, foram colocados os trabalhos em um quadro contendo o título e as palavras-chave de cada trabalho, a fonte e o link de acesso na plataforma digital de busca, o ano de publicação, os autores e a instituição, o problema e objetivos da pesquisa, a metodologia utilizada e por fim, os principais resultados e contribuições. Os trabalhos foram colocados no quadro em ordem cronológica crescente.

**Quadro 1:** Dissertações encontradas no site da CAPES em ordem cronológica.

<b>Título Palavras- chave</b>	<b>Fonte e link de acesso</b>	<b>Ano</b>	<b>Autores e institui ção</b>	<b>Problema de pesquisa/ objetivos</b>	<b>Metodologi a de pesquisa</b>	<b>Principais resultados e contribuições</b>
O profissional de apoio no processo de inclusão de alunos público-alvo da educação especial no ensino público fundamental  Escolas públicas; Inclusão	Banco de dissertações e teses da CAPES <a href="http://banco.deteses.capes.gov.br/">http://banco.deteses.capes.gov.br/</a>	2018	Amanda Burchert  Universidade La Salle	Analisar a atuação dos profissionais de apoio (PA) no processo de inclusão de alunos público-alvo da educação especial no ensino público fundamental.	Pesquisa qualitativa de caráter exploratória.  Entrevistas com profissionais de apoio, documentos escolares e jurídicos.	Predominância de estudantes de graduação como estagiários ou monitores, não havendo identificação ou escolha inicial do trabalho com educação especial.
Gestão escolar: a consolidação de uma escola inclusiva mediante a intersetorialidade.  Processo formativo; Gestão escolar; Inclusão escolar; Intersetorialidade.	Banco de dissertações e teses da CAPES <a href="http://banco.deteses.capes.gov.br/">http://banco.deteses.capes.gov.br/</a>	2018	Ana Mayra Samuel da Silva  Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Presidente Prudente)	Analisar como a equipe gestora de uma escola de educação básica pública municipal pode viabilizar a formação continuada da equipe escolar e a articulação intersetorial para atender a política nacional de uma perspectiva inclusiva	Abordagem qualitativa Análise documental, observações participantes, intervenções colaborativas, grupos de discussões, relatório de campo e gravação em áudio das interações.	A equipe de gestão escolar, enquanto facilitadora do processo de inclusão escolar, pode apoiar práticas inclusivas e saber como e onde buscar apoio, considerando os diferentes setores da sociedade, denominada pelas políticas públicas educacionais como intersetorialidade.
As políticas públicas de inclusão e o professor de apoio: desafios na/para a escola contemporânea  Políticas públicas para professor de apoio; Inclusão; Governamentalidade; Educação	Banco de dissertações e teses da CAPES <a href="http://banco.deteses.capes.gov.br/">http://banco.deteses.capes.gov.br/</a>	2018	Flavia Junqueira da Silva  Universidade Federal de Uberlândia	Analisar os aspectos de âmbito legal, administrativo e pedagógico relacionados à atuação do professor de apoio na rede pública municipal de ensino da cidade de Uberlândia/MG.	Abordagem qualitativa; Análise documental, entrevistas semiestruturadas e questionário.	São considerados os aspectos na questão da dignidade do atendimento ao estudante e na dignidade dos profissionais de apoio que realizam esse serviço.
As interações pedagógicas entre o segundo professor e o	Banco de dissertações e teses da CAPES	2018	Beatriz Buss  Universid	Analisar a percepção dos segundos professores de	Pesquisa de campo;  Entrevista	Foi possível compreender as possibilidades de interação no

professor titular na perspectiva do ensino colaborativo  Ensino Fundamental; Educação Inclusiva; Educação Especial Segundo Professor; Ensino Colaborativo - Coensino.	<a href="http://banco.deteses.capes.gov.br/">http://banco.deteses.capes.gov.br/</a>		ade do Extremo Sul Catarinense	turma sobre as interações pedagógicas entre esse profissional e o professor titular na perspectiva do ensino colaborativo (coensino).	semiestruturada.	coensino, entretanto há outros fatores que implicam para que os professores envolvidos na parceria alcancem o estágio de colaboração.
Educação inclusiva: as perspectivas das estagiárias de pedagogia sobre a sua formação Educação Inclusiva; Formação de Professores; Estagiárias	Banco de dissertações e teses da CAPES <a href="http://banco.deteses.capes.gov.br/">http://banco.deteses.capes.gov.br/</a>	2018	Thaiany Davila Rosa  Universidade Federal de Pelotas	Analisar a perspectiva das estagiárias do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas sobre sua formação para atuar em classes inclusivas.	Pesquisa descritiva; Questionário e entrevista semiestruturada	As estagiárias do curso de Pedagogia refletem sobre a sua formação, debatendo sobre inclusão e ressaltam a carência de práticas e de teorias sobre tema.
O gestor escolar e a inclusão de alunos público-alvo da educação especial no ensino fundamental municipal  Ensino Fundamental; Gestão Educacional; Inclusão	Banco de dissertações e teses da CAPES <a href="http://banco.deteses.capes.gov.br/">http://banco.deteses.capes.gov.br/</a>	2019	Mara Rosane Souza Soares  Universidade La Salle	Propõe conhecer a atuação da gestão escolar diante do processo de inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial no Ensino Fundamental municipal.	Pesquisa qualitativa, descritiva e de campo; Entrevistas, pesquisa documental e observação participante.	Os gestores concebem a inclusão como direito do aluno e dever da escola, mas demonstram incertezas em relação à capacidade da escola para garantir a aprendizagem dos estudantes.
Coensino/ensino colaborativo/bidocência na educação inclusiva: concepções, potencialidades e entraves no contexto da prática  Ensino colaborativo/coensino/bidocência. Educação especial. Educação inclusiva.	Banco de dissertações e teses da CAPES <a href="http://banco.deteses.capes.gov.br/">http://banco.deteses.capes.gov.br/</a>	2019	Sandy Varela de Christo  Universidade do Estado de Santa Catarina	Analisar uma experiência de prática colaborativa entre professoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e professores da sala comum, identificando potencialidades e entraves nesse processo.	Pesquisa exploratória;  Entrevista semiestruturada.	As professoras da educação especial traduziram e interpretaram os documentos legais em ensino colaborativo. A prática colaborativa promoveu mudanças importantes em sala de aula.

Fonte: Autoria própria

A partir dos descritores encontrei um alto número de produções, mais precisamente 1123 dissertações publicadas entre os anos 2018 e 2019. No



entanto, com a temática proposta o número baixou para sete, sendo destes cinco publicados em 2018 e somente 2 em 2019 como é possível observar no quadro 2. É importante salientar que em 2020 e no ano atual em 2021, não foi encontrado nenhum trabalho na plataforma a partir destes descritores colocados.

**Quadro 2:** Número de dissertações encontradas na plataforma Capes em 2018 e 2019.

<b>Palavras-chave (descritores)</b>	<b>Ano</b>	<b>Fonte</b>	<b>Número de trabalhos</b>	<b>% de trabalhos</b>
Monitoria; Gestão Escolar; Educação Básica.	2018	Banco de dissertações e teses da CAPES <a href="http://bancodeteses.capes.gov.br/">http://bancodeteses.capes.gov.br/</a>	5	71,4%
Monitoria; Gestão Escolar; Educação Básica.	2019	Banco de dissertações e teses da CAPES <a href="http://bancodeteses.capes.gov.br/">http://bancodeteses.capes.gov.br/</a>	2	28,6%

Fonte: Autoria própria

Com a pesquisa na plataforma percebemos diversas produções no campo da inclusão e gestão pedagógica, porém poucas sobre a atuação dos monitores/profissionais de apoio que atuam no espaço escolar. Dos trabalhos encontrados somente dois falam sobre estes profissionais enquanto os demais são sobre a Educação Especial e a inclusão de um modo geral.

A dissertação de Burchert teve como intuito analisar a atuação dos profissionais de apoio/monitores no processo de inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial no ensino fundamental público. Desse modo realizou-se a pesquisa em escolas de Ensino Fundamental, públicas localizadas em cinco municípios da região centro sul do estado do Rio Grande do Sul.

Conforme a autora destaca (2018, p.15), “O profissional de apoio é uma denominação e atribuição recente no processo de construção da escola inclusiva e há várias denominações para esse profissional – facilitador, tutor, mediador.”. Por sua vez, nas palavras de Ramos e Lockmann (2021; p.76),

Os discursos que circulam atualmente acerca desse profissional têm produzido uma proliferação de termos e nomenclaturas tais como: profissional de apoio, auxiliar de ensino, estagiário de inclusão, apoio pedagógico, mediador ou monitor. Além disso, dependendo de quem

se dirige a ele pode ser chamado de tio ou tia, profe ou somente “o estagiário”.

Desse modo, acreditamos que, seja importante salientar e debater este ponto, pois sem uma denominação específica, única, acaba dificultando o encontro de trabalhos sobre estes profissionais e, de certo modo, os desvalorizando.

Além disso, é possível observar na realidade das escolas uma pluralidade na identidade e função desse profissional. Em outras palavras, percebemos como profissionais de apoio, estudantes de ensino médio, estudantes de pedagogia, educação especial ou demais licenciaturas bem como, estudantes de pós-graduação na área da educação.

Somado a isto, apesar de haver nas políticas públicas o seu real papel nas escolas regulares, isto é, acompanhar os alunos em processo de inclusão na alimentação, higienização e locomoção (2008), as funções do profissional de apoio também são diferenciadas de profissional para profissional.

A dissertação de Silva aborda a importância da intersetorialidade entre a gestão escolar e os demais profissionais da escola de diferentes setores em prol do respeito às diferenças e da inclusão escolar. O estudo foi realizado em uma pequena escola localizada em um município paulista. Conforme as palavras de Silva (2018, p.22),

A intersetorialidade pode ser entendida como um trabalho realizado de maneira articulada entre equipes de distintas áreas que deve visar a melhoria do ensino público, especificamente a inclusão, por meio de uma estrutura compartilhada entre gestores, educadores, pesquisadores, profissionais das áreas social, saúde e judicial.

Nesse sentido, percebemos na fala de Silva que haver uma união dos diferentes setores da escola, facilita para que haja inclusão dos alunos com deficiência. A pesquisa não cita o profissional de apoio/monitor, mas é importante salientar que, os profissionais que realizam este serviço no espaço escolar devem ter uma boa relação com os demais seja professores, seja gestores.

Sendo assim, acredito ser importante ter um olhar sobre estes profissionais, pois com a inclusão nas escolas de educação básica tanto o número de alunos público-alvo da Educação Especial que necessitam do

acompanhamento e cuidados dos monitores como também estes profissionais aumentaram nos espaço escolar.

## 2.2 Estrutura e construção da pesquisa

Esta pesquisa foi construída a partir da busca do estado do conhecimento e da realização de entrevista narrativa, com analítica de cunho qualitativo. Sobre a pesquisa qualitativa, Minayo (1994, p. 21) nos diz que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Considerando os objetivos do estudo, e o fato de a pesquisa qualitativa pressupor um pesquisador que se preocupa com os aspectos sociais tendo proximidade com o ser humano e suas vivências, elencamos tal abordagem como a mais produtiva.

Como ferramenta de coleta de dados foram realizadas entrevistas via Google Meet<sup>3</sup> com quatro acadêmicas do curso de Educação Especial Diurno da UFSM que foram ou/e ainda são monitoras de alunos em processo de inclusão, identificadas no trabalho pelas letras F, I, J e L.

**Quadro 3:** Identificação das monitoras participantes da pesquisa.

<b>MONITORA</b>	<b>FORMAÇÃO ACADÊMICA</b>	<b>Nº ESCOLAS</b>	<b>REDE</b>	<b>ANO(S)</b>	<b>Nº ALUNOS</b>
Monitora F	Educação Especial noturno UFSM	Três escolas	Rede privada Rede privada Rede privada	2016 2018 2019	Três alunos

<sup>3</sup> Em função do contexto pandêmico vivenciado em 2021 no país, a UFSM desenvolvia suas atividades no formato remoto, o que inviabilizou a produção de encontros presenciais com os sujeitos da pesquisa.

Monitora I	Educação Especial diurno e noturno <sup>4</sup> UFSM	Duas escolas	Rede privada Rede municipal	2017 2018	Duas alunas
Monitora J	Educação Especial noturno UFSM	Duas escolas	Rede privada Rede municipal	2018 2019	Três alunos
Monitora L	Educação Especial noturno UFSM	Três escolas	Rede municipal Rede municipal Rede privada	2012 2013 2015	Quatro alunos

Fonte: Autoria própria

Para atender a Resolução N° 466, publicada pelo Ministério da Saúde em 12 de dezembro de 2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, apresentamos às professoras participantes do estudo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (em anexo), contendo as informações necessárias para compreensão sobre a pesquisa e sobre riscos e benefícios de sua participação, que foi assinado por todas. Para a garantia de manutenção do sigilo e a preservação de suas identidades, os fragmentos das entrevistas transcritos no estudo foram identificados apenas com letras.

Tais entrevistas foram realizadas individualmente, gravadas e transcritas após sua realização para que fosse possível iniciarmos o processo de análise. A conversa com as acadêmicas foi estruturada em torno de três pontos iniciais: o papel realizado na função de monitor; sua relação com a professora de Educação Especial da escola e sua relação com a pedagoga regente da turma que o aluno em processo de inclusão estava inserido. Após a leitura atenta das respostas, procuramos por aquilo que apareceu como recorrente nos discursos, entendendo que há nas recorrências, formas coletivamente assumidas de significar as práticas, pessoas, acontecimentos.

---

<sup>4</sup> A monitora I ingressou no curso de Educação Especial diurno em 2014, entretanto, durante a graduação a acadêmica realizou transferência interna para a modalidade noturna do curso.

Nesse processo de leitura visualizamos que há divergências entre o que consta nas políticas públicas sobre o papel desempenhado pelo profissional de apoio/monitor escolar e suas funções no contexto escolar, e ainda entendemos que as formas de atuação desse profissional na escola exigem maior comunicação entre os sujeitos que atuam nas escolas, para que assim haja uma atuação que colabore com os processos de inclusão escolar. Tais discussões serão apresentadas na sequência do trabalho.

### 3. DISCUSSÃO TEÓRICA E ANALÍTICA

#### 3.1 Marcos regulatórios sobre o olhar da educação inclusiva

Ao propor uma discussão analítica com relação a gestão escolar e o papel do monitor no contexto das escolas municipais de Santa Maria/RS, fez-se importante realizar um levantamento relativo às políticas e programas de governo que trazem contribuições para educação especial na perspectiva da educação inclusiva e da gestão escolar.

Através desse levantamento via pesquisas online, foram encontrados artigos e políticas que abordam o papel do profissional de apoio na rede regular de ensino, no entanto não foi possível encontrar nenhum programa de governo no site do Ministério da Educação (MEC) referente a esta temática, somente na área de gestão escolar e formação continuada de profissionais incluindo os da área de educação especial, conforme sistematização no quadro a seguir:

**Quadro 4:** Marcos regulatórios sobre o papel do profissional de apoio/monitor escolar.

TÍTULO DO MARCO REGULATÓRIO	ANO	CITAÇÕES RELEVANTES	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES À PESQUISA	REFERÊNCIA
Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96	1996	“serviços de apoio especializado na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela da educação especial”. (BRASIL, 1996, p.19).	Considera a necessidade de serviços de apoio especializado na escola regular, para atender alunos público alvo da educação especial.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm</a>
Resolução CNE/CEB 2/2001	2001	Artigo 8º, inciso IV coloca sobre a “disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação” (BRASIL, 2001, p. 02).	Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.	<a href="http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_b.pdf">http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_b.pdf</a>
Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação	2008	“Monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre	Aborda sobre a inclusão de alunos público alvo da educação especial nas escolas regulares.	MEC/SEESP. 07 de janeiro de 2008. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Inclusiva		outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar” (BRASIL, 2008, p. 13).		Brasília, 2009.
Resolução nº 4/2009	2009	Artigo 10, inciso VI, aborda sobre “outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia intérprete e outros que atuem no apoio, bem como nas atividades de alimentação, higiene e locomoção” (BRASIL, 2009, p. 2).	Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica na modalidade Educação Especial.	<a href="http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rc eb004_09.pdf">http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rc eb004_09.pdf</a>
Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010	2010	Dentre os serviços da educação especial que os sistemas de ensino devem prover estão os profissionais de apoio, tais como aqueles necessários para a promoção da acessibilidade e para atendimento a necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção. (BRASIL, 2010, p. 01)	Apresenta os marcos legais, políticos e pedagógicos da educação especial. Foi o primeiro documento que institui o termo “profissional de apoio”.	SEESP/ GAB. Nota Técnica nº 19, de 08 de setembro de 2010 destinado aos profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede públicas de ensino. Brasília, 2010.
Lei Berenice Piana nº 12.764	2012	Artigo 3º, parágrafo único, afirma-se que “em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado”, (BRASIL, 2012, p. 01).	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato 2011- 2014/2012/lei/11276 4.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato 2011- 2014/2012/lei/11276 4.htm</a>
Lei Brasileira	2015	Profissional de apoio	Traz a definição mais	<a href="http://www.planalto.">http://www.planalto.</a>

de Inclusão da Pessoa com Deficiência LBI - Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)		escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015, p.1)	atual de profissional de apoio escolar. Aborda as suas funções no espaço escolar deixando claro que, não ocupam as funções dos demais profissionais da escola como, por exemplo, os professores.	gov.br/ccivil_03/_ato_2015-2018/2015/lei/l13146.htm
Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade	2003	“O programa promove a formação continuada de gestores e educadores das redes estaduais e municipais de ensino para que sejam capazes de oferecer educação especial na perspectiva da educação inclusiva.” (MEC)	O programa auxilia na produção de conhecimento através de cursos para gestores e educadores sobre a perspectiva da educação inclusiva.	<a href="http://portal.mec.gov.br/educacao-inclusiva">http://portal.mec.gov.br/educacao-inclusiva</a>

Fonte: Autoria própria

Como foi mencionado anteriormente verificamos a pouca visibilidade nas Políticas Públicas a respeito do papel do monitor escolar, apesar do aumento de alunos em processo de inclusão e, com isso, o aumento de monitores nas escolas.

Segundo dados estatísticos no INEP, atualmente o número de matrículas de alunos público-alvo da Educação Especial em escolas comuns no município de Santa Maria é bem significativo. Na rede estadual de 16.517 alunos matriculados, 781 estão em processo de inclusão. Do mesmo modo, na rede municipal há 20.274 alunos matriculados sendo 816 destes, público-alvo da Educação Especial.



Nesse sentido, acreditamos ser importante abordar o papel do monitor escolar numa perspectiva de educação inclusiva nas escolas comuns e sua trajetória nas políticas públicas até os dias atuais. Para, além disso, faremos uma costura com a fala das entrevistadas quando relatam suas práticas nas escolas que atuaram, pois pensamos ser importante analisar a teoria com a prática.

Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 é possível considerar a necessidade de serviços de apoio especializado na escola regular, para atender alunos público alvo da educação especial. Conforme a LDB de 1996, há “serviços de apoio especializado na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela da educação especial”. (BRASIL, 1996, p.19).

Por sua vez, na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 aborda sobre a inclusão de alunos público alvo da educação especial nas escolas regulares. Conforme consta nesta política, “monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar” (BRASIL, 2008, p. 13).

O profissional de apoio/monitor escolar é também visto na Resolução nº 4/2009 que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. No Art. 10 inciso VI, aborda sobre “outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia intérprete e outros que atuem no apoio, bem como nas atividades de alimentação, higiene e locomoção” (BRASIL, 2009, p. 2).

Por sua vez, a Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010 apresenta os marcos legais, políticos e pedagógicos da Educação Especial. É importante salientar que foi o primeiro documento que institui o termo “profissional de apoio”. Nos anteriores havia diferentes nomenclaturas destinadas para estes profissionais, como monitor, cuidador, entre outros.

Dentre os serviços da educação especial que os sistemas de ensino devem prover estão os profissionais de apoio, tais como aqueles necessários para a promoção da acessibilidade e para atendimento a necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção. (BRASIL, 2010, p. 01)

Em 2015, com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência LBI - Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) inaugura a definição mais atual de profissional de apoio escolar. Sendo assim, aborda as suas funções no espaço escolar deixando claro que, não ocupam as funções dos demais profissionais da escola como, por exemplo, os professores. Conforme consta na lei 13.146/15,

Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015, p.1)

Desse modo, o monitor ou profissional de apoio não deve realizar a função docente nem da professora regente, nem da professora de Educação Especial. Seu trabalho é acompanhar e auxiliar o aluno em processo de inclusão em suas atividades diárias, para que ocorra de forma mais satisfatória a aprendizagem e inclusão deste aluno no espaço escolar.

### **3.2 Políticas públicas e o papel do monitor escolar**

Apesar de constar nas políticas somente a função de acompanhar e auxiliar os alunos em processo de inclusão na alimentação, higienização e locomoção, foi possível perceber no relato das entrevistadas que suas funções e responsabilidades eram mais amplas, para, além disso.

Segundo Burchert (2018, p.11), “A função e atuação do profissional de apoio não estão claramente definidas, e há divergência entre os documentos legais e a sua atuação na prática”. Nesse sentido, é necessário rever as funções destes profissionais no contexto escolar inclusivo.

Eu procurava sempre adaptar para o aluno as atividades que a professora da turma levava. (Monitora F; Escola privada, 2016)

Eu acompanhava a aluna em casa e na escola. Levava atividades pedagógicas e acompanhava nas atividades de higiene e alimentação. Também construía o parecer dela como “auxílio” para a educadora especial, mas depois via que o parecer entregue era praticamente idêntico o que eu dava para ela. (Monitora I, Escola municipal, 2018)

Conforme os trechos retirados da entrevista narrativa realizada com as monitoras F e I, nós podemos perceber que suas funções, por vezes, eram semelhantes ao das professoras e não somente a de um monitor escolar. Desse modo, ocorre uma precarização do ensino em especial da educação inclusiva, onde tarefas que são responsabilidades dos professores são entregues para uma “mão de obra” barata.

Na fala da monitora F, ela comenta que adaptava para o aluno em processo de inclusão com Síndrome de Down as atividades que a pedagoga planejava para a turma de quarto ano, em uma escola privada de Santa Maria no período de 2016. Desse modo, percebemos que a monitora realizava uma das funções que a educadora especial da escola deve se responsabilizar.

Por sua vez, na fala da monitora I foi mais visível ainda o aumento de funções para um monitor escolar quando relata que até o parecer escolar da aluna era solicitado para ela fazer. A aluna com 16 anos de idade apresentava diagnóstico de autismo e estava cursando o sétimo ano do ensino fundamental em uma escola municipal de Santa Maria no período de 2018.

Apesar de a monitora ter mais proximidade com a aluna, esta é uma função que cabe ao profissional de educação especial construir, planejar conforme o desenvolvimento do aluno. Segundo as palavras de Silva (2018, p.105),

Para que ocorra, de fato, esse processo de inclusão escolar, conforme normatizado pelas políticas públicas, é importante rever a cultura institucional, os valores que orientam as práticas educativas na escola, além da formação inicial e continuada dos profissionais que irão atuar nesse contexto de inclusão.

Desse modo, a partir do que observamos na realidade do contexto escolar inclusivo, acreditamos ser necessário haver uma formação inicial de professores mais consistente no que vai de encontro com a educação inclusiva e mais formações continuadas sobre o assunto para os profissionais envolvidos. Somado a isto, é preciso rever a cultura e valores das instituições escolares para que não haja um desvio de funções no que tange o cenário da inclusão.

Na fala da monitora L, fica explícito o que as demais monitoras F e I afirmaram anteriormente,

As atividades que desempenhava como monitora sempre ia para além da função... Somente não planejava para o meu aluno. (Monitora L; Escola municipal, 2012).

Diante disso, percebemos que o monitor escolar, apesar de constar que sua função é somente acompanhar o aluno nas atividades de alimentação, higienização e locomoção, exercem mais a função de acompanhamento pedagógico. Esse fato é visto, nos casos de alunos em processo de inclusão que não necessitam acompanhamento em hábitos de higiene pessoal e alimentação, mas necessitam auxílio na realização das atividades pedagógicas. Conforme o relato da monitora L,

Eu somente auxiliava o meu aluno nas atividades pedagógicas, pois ele não precisava nas demais.

Nesse caso, era um aluno com sete anos de idade que apresentava diagnóstico de autismo. Ele estava no primeiro ano do ensino fundamental e realizava as atividades de rotina diária com autonomia. A monitora estava presente todos os dias acompanhando o aluno em sala de aula, entretanto era somente para acompanhamento nas tarefas que a professora regente trazia para a turma.

Conforme as palavras de Fonseca (2016, p.18), “entendo o campo profissional de apoio/monitor escolar na escola como uma área em construção. Há uma dimensão da própria reinvenção que é possível de ser feita a partir da experiência e também das nossas ações”. Nesse sentido, quando pensamos na atuação das acadêmicas de Educação Especial como profissionais de apoio/monitora escolar no processo de inclusão nas escolas regulares, percebemos que em alguns casos, o aluno está presente em sala de aula realizando as atividades somente porque a profissional de apoio/monitor escolar está o acompanhando e dando um suporte.

Se não estivesse ali dando este suporte, talvez o pedagogo não saberia lidar com seu aluno em processo de inclusão, não incluiria ele da melhor forma. Acaba acontecendo uma dependência por parte dos professores regentes com estes profissionais.

Desse modo, percebemos que, o fato das profissionais de apoio/monitoras escolar serem estudantes e futuras professoras de Educação Especial, pode contribuir para que a escola entenda ser possível delegar à estas profissionais tarefas pedagógicas que vão para além de sua função, como adaptar atividades ou até mesmo levar atividades extras para seus alunos em processo de inclusão.

Nesse sentido, a formação superior na área pode se constituir um elemento prejudicial ao processo de inclusão dos alunos, precarizando o ensino. Pois, por vezes, pode ocorrer dos professores, tanto a pedagoga regente como a professora de Educação Especial largarem para a profissional de apoio/monitor escolar responsabilidades que não cabe à ela segundo as políticas públicas.

Somado a isto, conforme afirma Ramos e Lockmann (2021; p.76), “apesar de ser uma categoria profissional relativamente comum, ainda é invisibilizado nos espaços escolares e sua função não tem uma definição clara”. Diante disso, ainda falta por vezes, um conhecimento maior por parte dos demais profissionais e gestores a respeito do trabalho realizado pelos profissionais de apoio/ monitores escolares.

### **3.3 A gestão da prática escolar e o profissional de apoio/monitor escolar: encontros e desencontros**

Apesar do profissional de apoio/monitor de educação especial ter contato constante com a rotina escolar dos seus alunos em processo de inclusão, acreditamos ser de suma importância seu contato com as demais profissionais que trabalham com este aluno no espaço escolar. Conforme Lopes e Mendes (2018, p.03) afirmam,

É importante haver um reconhecimento das capacidades e potencialidades de todos os profissionais que estão envolvidos, havendo assim, uma partilha de responsabilidades e as melhores estratégias para beneficiar o aprendizado de todos.

Desse modo, um trabalho em conjunto entre o monitor, o professor regente e o professor de Educador Especial em prol dos avanços escolares deste aluno será muito mais eficaz comparado com o oposto disto. Nesse sentido, incluímos na segunda parte da entrevista narrativa com

questionamentos referentes à relação das mesmas com estes profissionais. A seguir trarei trechos dos relatos das monitoras para melhor ilustrar.

A professora regente era bem inclusiva... tinha ótima relação com ela em sala de aula, mas a educadora especial daquele ano (2016) era bem ausente. Ela justificava sua “ausência” naquele momento que atuou por questões do mestrado que estava fazendo. (Monitora F; Escola privada; 2016)

Eu realizava somente o papel de monitora, a pedagoga era bem inclusiva e o aluno não precisava de adaptação nas atividades... a educadora especial da escola realizava uma “assessoria” para a professora regente. Porém quando procuravam ela com dúvidas ela tinha receio de opinar. (Monitora F; Escola privada; 2019)

Nos relatos anteriores é possível perceber a função da monitora F para além do que consta nas políticas e certo distanciamento desta profissional com a professora de Educação Especial da escola. Em sua primeira experiência em 2016, ela contou que adaptava as atividades da professora regente e que a professora de Educação Especial era bem ausente.

Entretanto, no seu relato da terceira experiência em 2019, apesar da profissional de Educação Especial prestar auxílio para a professora regente em sala de aula ela não tinha muito contato com a monitora F, pois seu aluno não precisava adaptações nas atividades pedagógicas propostas. Segundo Ramos e Lockmann (2021; p.86), sobre atividades como planejar e propor,

Esta responsabilidade ficaria a cargo dos profissionais da escola, como professores regentes ou professores do Atendimento Educacional Especializado, onde ao monitor caberia somente sua aplicação junto aos estudantes. Porém, no contexto da prática e a partir das vivências que os monitores descrevem isso parece não se materializar, uma vez que em grande medida são eles os responsáveis pelo patenteamento e adaptação das atividades, assim como o foco da sua ação acaba recaindo muito mais sobre aquele estudante dito de inclusão do que aos demais.

Há uma troca de papéis no espaço escolar quando nos referimos à educação de alunos em processo de inclusão. Sendo assim, percebemos o profissional de apoio/monitor escolar realizando atividades como adaptar materiais, levar atividades para o aluno entre outras tarefas quando estas são responsabilidades das professoras.

Somado a isto, percebemos que há uma entrega do aluno público alvo da Educação Especial para o profissional de apoio/monitor escolar de tal forma

como se fosse responsabilidade somente deste profissional. Observamos desse modo, na Educação Inclusiva uma lacuna no ensino colaborativo por parte dos professores, alguns justificam pelo alto número de alunos em sala de aula, outros pelo excesso de carga horária em sala de aula com alunos e pouco tempo para planejamento. Enfim, por estas e outras razões acabam entregando ao profissional de apoio/monitor escolar funções a mais quando se refere ao aluno que acompanha.

A pedagoga era bem inclusiva, ela enviava planejamento semanal toda a semana para mim. Naquele ano na escola não tinha professora de Educação Especial. (Monitora I; Escola privada; 2017).

Como a aluna estava no 7º ano ela tinha várias professoras e várias disciplinas... alguns professores só uns três levavam alguma atividade ou pediam auxílio.. Os outros às vezes pediam até para ela se retirarem da sala no horário da aula deles com a turma. Já a educadora especial era bem ausente, a família optou para que ela não frequentasse o AEE já que realizava outros atendimentos fora da escola. (Monitora I; Escola municipal; 2018).

Na entrevista realizada com a monitora I, foram mais visíveis ainda os desafios encontrados para ocorrer uma inclusão satisfatória. Em sua primeira experiência, apesar da professora regente ser bem inclusiva e participativa com a monitora I, o fato de não haver um profissional de Educação Especial na escola acaba por agregar mais funções para a monitora que acompanha a aluna em processo de inclusão.

Burchert (2018, p.11) coloca que, “ainda recente em sua experiência e consequente análise, o profissional de apoio é alguém muito próximo e decisivo no acompanhamento do estudante”. Este fato pode gerar certo descomprometimento por parte dos demais profissionais em alguns casos, quando quem acompanha nas aulas o aluno diretamente, criando um vínculo maior é o profissional de apoio/monitor escolar.

Em sua segunda experiência com uma aluna de 7º ano, as dificuldades para dialogar com os profissionais envolvidos aumentaram mais já que, somente três procuravam incluir, enquanto os demais pediam para a monitora retirar a aluna da sala de aula, o qual ilustra um ato excludente por parte deles.

A pedagoga tinha boa relação com os alunos e comigo (monitora), mas não era muito participativa na inclusão... a

professora de Educação Especial era bem presente, ia sempre na sala de aula acompanhar a rotina diária do aluno e realizava o AEE (Monitora J; Escola privada; 2018).

A professora tinha bastante idade e não tinha muita prática com inclusão de alunos com deficiência, mas sempre tentava fazer seu melhor. A educadora especial adaptava as atividades, jogos, sempre que precisava. (Monitora J; Escola municipal; 2019).

A partir dos relatos da monitora J, é possível perceber que diferente das demais participantes da pesquisa, ela consegue realizar as funções destinadas para este profissional. Somado a isto, as professoras de Educação Especial em ambas as experiências trabalham em prol da inclusão auxiliando nas práticas da monitora.

Em relação às professoras regentes de ambas as turmas, apesar delas não demonstrarem muita prática e conhecimento em relação ao processo de inclusão, a monitora relatou que elas apresentavam interesse em aprender e tinham boa relação com as demais profissionais, incluindo a monitora J.

A boa relação entre as profissionais envolvidas no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais é fundamental, pois além de agregar conhecimento, forma uma rede de apoio.

A professora da turma levava atividades de motricidade fina somente. Era diferente da turma e o aluno ficava em horário reduzido... A educadora especial atendia, mas não era ensino colaborativo, ela conversava com a professora, mas não levava atividades ou ideias. (Monitora L; Escola municipal; 2012).

Havia “ensino colaborativo” (assessoria como disse) entre as pedagogas, educadoras especiais e monitoras. A educadora especial era exemplar, ela era bem aberta para receber ideias e propostas da monitora. (Monitora L; Escola municipal; 2013).

Pedagoga era bem participativa, ela procurava adaptar sempre que era necessário... A educadora especial não se fazia muito presente. (Monitora L; Escola privada, 2015).

Na primeira experiência da monitora L, ela trabalhou com um aluno com 10 anos de idade que estava cursando o primeiro ano do ensino fundamental. Ele apresentava diagnóstico de autismo grave e seu tempo na escola era reduzido. A educadora especial do aluno não tinha muito contato com as demais profissionais envolvidas realizando somente o Atendimento Educacional Especializado (AEE).



Em sua segunda experiência como monitora, foram com dois alunos. Um estava cursando o segundo ano do ensino fundamental e o outro estava no terceiro ano do ensino fundamental. A monitora dividia a manhã em dois momentos, isto é, na primeira parte da manhã ficava com um aluno e na outra parte do turno ficava com o outro.

A monitora L, relatou que a profissional de Educação Especial desempenhava seu papel com excelência, tanto no ensino colaborativo como no AEE, Ela realizava reuniões de tempos em tempos com a monitora e as professoras regentes envolvidas para debater os planejamentos e ideias para incluir os alunos de forma satisfatória.

Por fim, na sua terceira e última experiência diferente da anterior a professora de educação especial se fazia mais ausente. Entretanto, a professora regente sempre procurava adaptar as atividades quando necessário.

A partir dos relatos das profissionais de apoio/monitoras escolar participantes percebemos diferentes situações no contexto da Educação Inclusiva nas escolas regulares. Todavia, concluímos que a ainda há um distanciamento entre as profissionais envolvidas necessitando uma maior comunicação para que haja inclusão dos alunos.

Conforme as palavras de Burchert (2018, p. 27), “a inclusão requer transformação, não somente na forma de ensino, mas também mudanças pessoais dos professores, em seus valores e ideias de como ensinar e para quem ensinar”.

O aluno em processo de inclusão também é aluno da turma como os demais, também é aluno da professora e da escola como um todo, não somente da profissional de apoio/monitora escolar que acompanha ele na escola. Sendo assim é necessário um entendimento por parte de todos os profissionais envolvidos incluindo a gestão escolar.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta monografia, que teve como objetivo analisar a atuação de acadêmicas do curso de Educação Especial como profissionais de apoio escolar/monitor em escolas comuns do município de Santa Maria/RS, foi possível aprofundar meu conhecimento sobre políticas públicas e o papel do profissional de apoio/monitor escolar com os alunos em processo de inclusão nas escolas regulares.

Com o estudo das políticas e as entrevistas realizadas com as quatro monitoras e estudantes da Educação Especial, pude encontrar respostas para algumas perguntas iniciais: Como a gestão escolar entende o papel do monitor? Que articulações são possíveis e necessárias entre o monitor e o professor de educação especial na escola? Que desafios são enfrentados por esse profissional no contexto de sala de aula? Que concepções os professores da escola possuem sobre a atuação do monitor frente a dimensão do trabalho pedagógico direcionado ao aluno em processo de inclusão? Entretanto, também encontrei inquietações com relação a nossa realidade no contexto escolar.

Ainda há uma lacuna entre o que consta nas políticas e o que é visto nas diversas realidades das escolas regulares no que diz respeito ao processo de inclusão de alunos com deficiência, e é necessário isso ser questionado. Percebemos que, apesar de as políticas públicas indicarem que o papel do profissional de apoio/monitor escolar é auxiliar alunos na alimentação, higiene e locomoção, suas funções vão para além disso.

A partir dos relatos das acadêmicas que atuaram como profissionais de apoio/monitoras participantes da pesquisa, observamos que a maioria realizava atividades pedagógicas também. Algumas adaptavam o que era proposto pela professora regente, enquanto em uma situação em especial até auxiliava na escrita do parecer escolar do aluno. Isso mostra que, funções destinadas para as professoras, tanto a regente como também, a professora de Educação Especial eram exercidas pelas profissionais de apoio/monitora escolar das escolas.

Entendemos ser bem importante destacar aqui o fato de elas serem alunas do curso de Educação Especial, pois nos parece que essa condição de

formandas na área pode ter produzido essa responsabilização sobre demandas as pedagógicas. O que queremos apontar de forma mais objetiva é que parece haver uma compreensão de que estar em formação na área garante para elas condições de assumir funções pedagógicas que nem a professora da turma, nem a professora de Educação Especial estavam assumindo.

Ao naturalizarmos essa possibilidade de as acadêmicas assumirem funções que são do professor de Educação Especial na escola, acabamos favorecendo a própria precarização da profissão, pois podemos contribuir para a compreensão de que não há mais necessidade de garantia de contratação desse professor nas escolas, uma vez que o profissional de apoio/monitor que for formado na área poderá desempenhar as mesmas funções e representar custos menores.

Além disso, quando delegamos aos profissionais de apoio/monitores funções que são dos professores, acabamos desresponsabilizando a escola, no que concerne a gestão das práticas propostas, de se (re)pensar como uma escola inclusiva. Para que as práticas sejam efetivamente inclusivas, é preciso que os alunos em processo de inclusão sejam compreendidos como alunos da escola, o que pressupõe o envolvimento de toda escola, e não apenas de alguns sujeitos que nela atuam.

Considerando então tais questões, defendemos que haja uma maior interlocução entre os professores que atuam na escola no que tange à orientação dos profissionais de apoio/monitor. É preciso pensar coletivamente que tarefas serão delegadas à eles, quem ficará responsável pela orientação das atividades que eles devem desenvolver, e por fim, como será possível favorecer o processo de inclusão escolar dos alunos na escola a partir da presença desses profissionais, entendendo como eles podem facilitar a atuação pedagógica do professor da sala de aula e do professor de educação especial diante dos alunos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Banco de Dissertações e Teses da CAPES*. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acessado em 09 de julho de 2020.
- BURCHERT, Amanda. *O profissional de apoio no processo de inclusão de aluno público-alvo da educação especial no ensino público fundamental*. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2018.
- Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>
- FONSECA, Manoela. *Das políticas públicas de inclusão escolar à atuação do profissional de apoio/monitor*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Dados estatísticos da Educação Básica*. 2016.
- LAKATOS, E. M; MARCONI, M de A. *Fundamentos da metodologia científica*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência LBI - Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em 15 de agosto de 2021.
- Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei 9394/96*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 20 de novembro de 2021.
- LOPES, M. M; MENDES, E. G. *Profissionais de apoio à inclusão escolar: motivos para demandas e atribuições*. Olhar de professor, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-18, e - 19649.087, 2021. Disponível em <<https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>>
- MAROSINI, M. C; FERNANDES, C. M. B. *Estado do Conhecimento: Conceitos, finalidades e interlocuções*. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.
- MEC/CNE. Resolução nº4, que institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
- MEC/SEESP. 07 de janeiro de 2008. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2009.
- RAMOS, A. C. de A.; LOCKMANN, K. *A emergência e a função do monitor de inclusão: um olhar sobre as políticas oficiais*. Capítulo IV, p. 75-89. 2021. In: Políticas e práticas em educação especial e inclusão p. 769 escolar [recurso eletrônico] / organização de Washington Cesar Shoiti Nozu, Maria Edith

Romano Siems, Mônica de Carvalho Magalhães Kassar – Curitiba: Íthala, 2021. 267p.: il.; 22,5cm

Resolução CMESM Nº 31, de 12 de dezembro de 2011; *Diretrizes Curriculares para a Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria – RS*. Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/docs/noticia/2017/08/D23-1184.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

SEESP/ GAB. Nota Técnica nº 19, de 08 de setembro de 2010 destinado aos profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede públicas de ensino. Brasília, 2010.

SILVA, F. J. da. *As políticas públicas de inclusão e o professor de apoio: desafios na/para a escola contemporânea*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação na Universidade Federal de Uberlândia – PPGED/UFU, 2018.

## ANEXO A: Carta de Apresentação



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO  
EDUCACIONAL  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Santa Maria, 21 de setembro de 2021.

Prezada acadêmica,

Venho desenvolvendo meu trabalho monográfico como aluna do Curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria/RS, sob orientação da Professora Dr.<sup>a</sup> Eliana da Costa Pereira de Menezes, com objetivo de analisar a atuação de acadêmicos(as) de Educação Especial na função de monitor em escolas comuns de Santa Maria/RS procurando compreender como tal princípio vem sendo significado e operado nas práticas que são desenvolvidas pelos sujeitos que ali atuam.

Nesse sentido, venho através desta solicitar a sua participação como sujeito da pesquisa, colaborando na realização de uma entrevista.

Desde já agradecemos sua colaboração.

*Vanessa Medianeira Canzian Trindade*

**Vanessa Medianeira Canzian Trindade**  
Aluna Esp. Gestão Educacional

*Eliana P. Menezes*

**Eliana Pereira de Menezes**  
Orientadora da pesquisa

## ANEXO B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

---

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**Título do estudo:** A gestão da atuação de acadêmicas de Educação Especial como monitor no processo de Inclusão em escolas comuns no município de Santa Maria/RS.  
**Orientadora:** Profª. Dra. Eliana Pereira de Menezes  
**Acadêmica:** Vanessa Medianeira Canzian Trindade  
**Instituição/Departamento:** UFSM/Curso de Especialização em Gestão Educacional  
**Telefone para contato:** (55)991587467  
**Local da coleta de dados:** Google meet

Prezado(a) Acadêmico(a),

Você está sendo convidado (a) a responder às perguntas desta entrevista de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder esta entrevista, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decida a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Tal pesquisa servirá de base para a construção de um estudo monográfico no Curso Especialização em Gestão Educacional, e tem por finalidade analisar a atuação de acadêmicos(as) de Educação Especial na função de monitor em escolas comuns de Santa Maria/RS...

Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas em responder as perguntas desta entrevista que abordam questões relativas a educação Inclusiva. A entrevista será gravada e transcrita.

**BENEFÍCIOS:** Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, com benefícios diretos ao senhor(a), pois possibilita a reflexão de sua prática frente aos aspectos relacionados a educação Inclusiva.

**RISCOS:** A participação nesta pesquisa não representará risco de ordem física ou moral, no entanto, em algum questionamento você poderá sentir-se constrangido(a), abalando o seu psicológico.

As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu \_\_\_\_\_, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Santa Maria \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

*Vanessa Medianeira C. Trindade*

Vanessa Medianeira C. Trindade

*Eliana P. Menezes*

Eliana P. Menezes  
Orientadora

\_\_\_\_\_  
Entrevistado

---